

INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL

Documentação

FSP

Fonte _____

Data 19/4/2000 Pg 1-1 e 1-10

Class. Pataxó 302

Associated Press



SEQUESTRO Índia pataxó ao lado de cruz erguida junto ao rio Cahy (BA) para a celebração dos 500 anos; em fazenda da região, dois pataxós foram feridos anteontem e cerca de 20 são mantidos reféns por pistoleiros, segundo a Funai Pág. 1-10

QUESTÃO INDÍGENA *Cerca de 20 pataxós estariam sendo mantidos reféns em fazenda a 120 km de Porto Seguro*

Conflito deixa índios feridos, diz Funai

da Sucursal de Brasília

Dois índios pataxós foram feridos anteontem à noite e cerca de 20 estavam sendo mantidos como reféns em uma casa da fazenda Boa Vista, a 120 quilômetros de Porto Seguro (BA), nas imediações da aldeia Barra do Cahy, segundo informações da Funai (Fundação Nacional do Índio).



Os índios teriam sido emboscados por um grupo de pistoleiros, a mando dos fazendeiros da região. A informação sobre os feridos e reféns foi anunciada primeiro pela ONG Terra Viva e confirmada, no início da noite, em Brasília, pelo chefe de gabinete da Funai, Fernando Dantas.

Segundo Dantas, o assessor da presidência da Funai para o programa pataxó, Eduardo Almeida, está na área e confirmou as infor-

mações sobre o conflito.

Um procurador e a antropóloga do Ministério Público Federal Sheila Brasileiro também chegaram à região ontem, no final da tarde.

Até a conclusão desta edição, a Polícia Federal não tinha confirmado a ocorrência do conflito.

Hoje completa quatro anos que um índio pataxó foi queimado em Brasília enquanto dormia em um ponto de parada de ônibus. Ele morreu no dia seguinte (leia texto abaixo).

Um relato do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e do Comitê de Apoio à Conferência Indígena Outros 500, distribuído ontem, no meio da tarde, dizia que entre "30 e 40 homens" participaram da suposta emboscada.

As mesmas testemunhas ouvidas pelas ONGs disseram que os pistoleiros dispararam "mais de 50 tiros", com pistolas 15 mm, uma espingarda 12 mm, revólve-

res calibres 38 e até uma metralhadora.

O chefe de gabinete, Fernando Dantas, informou oficialmente ao Ministério da Justiça sobre o conflito no final da tarde de ontem.

O proprietário da fazenda, Vitor Dequech, 83, nega o confronto com os índios.

Segundo ele, 15 soldados foram anteontem ao local e teriam negociado com a Funai a retirada de 56 índios e 26 trabalhadores rurais que ocupavam a área desde o último dia 2.

"A desocupação foi pacífica e não houve incidente", declarou Dequech. A fazenda, que fica ao lado da reserva do Cahy, está em uma região que vem sendo estudada pela Funai para ser eventualmente demarcada como área indígena.

Segundo Sivaldo Barbosa Moreira, técnico da Funai em Eunápolis (BA), índios telefonaram ontem pela manhã para denun-

ciar a agressão.

Ele disse que os pataxós afirmaram que, como a maioria dos índios da reserva foi para Porto Seguro devido às comemorações dos 500 anos do Brasil, os poucos que ficaram na área foram atacados por seguranças contratados pelo dono da fazenda.

A região da emboscada fica ao sul do monte Pascoal, entre os rios Cahy e Ribeirão, no município de Prado (BA), de onde os índios foram expulsos a partir da década de 40.

Os governos estaduais da Bahia distribuíram títulos de terra entre fazendeiros que expulsaram as tribos indígenas e tomaram posse da área.

Há dois meses, os pataxós se organizaram e com apoio de organizações não-governamentais começaram a retomar as terras dadas aos fazendeiros baianos.

Colaborou a Agência Folha, em Porto Seguro

Ataque contra pataxó em Brasília completa 3 anos

da Redação

O ato que matou em Brasília o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos completa amanhã três anos. Queimado vivo enquanto dormia em uma parada de ônibus por Max Rogério Alves, Tomás Oliveira de Almeida, Eron Chaves de Oliveira, Antônio Novély de Vilanova e pelo então menor G.N.A.J., Santos teve 95% do cor-

po queimado e morreu no dia seguinte, dia 21 de abril de 1997.

Segundo os advogados que defendem os jovens, que confessaram ter ateado fogo a Santos, eles não tiveram a intenção de matá-lo nem sabiam que ele era um índio quando o atacaram. Teriam colocado fogo em seu cobertor pensando que era um mendigo, para assustá-lo.

Com base nos argumentos da

defesa, a juíza Sandra De Santis Mello, então presidente do Tribunal do Júri do Distrito Federal, classificou em 12 de agosto de 1997 o crime como "lesão corporal seguida de morte", o que permitiria o julgamento por juiz criminal a ser escolhido aleatoriamente e descaracterizaria o crime cometido como hediondo.

Em 9 de fevereiro do ano passado, a quinta turma do STJ (Supe-

rior Tribunal de Justiça) derrubou a decisão da juíza e determinou que os réus confessos fossem julgados por júri popular.

O assassinato do índio teve seu tipo penal alterado para homicídio triplamente qualificado: motivo torpe, cruel e uso de recurso que impossibilitou a defesa da vítima (que estava dormindo na hora do ataque). O julgamento ainda não ocorreu.

Documentação

Fonte: FSP

Data: 19/4/2000 Pg. 1-10

Class: 302